



Geografia: Políticas e Democracia 2

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia, Políticas e Democracia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-146-6

DOI 10.22533/at.ed.466191902

1. Geografia física. 2. Geografia – Estudo e ensino. I. Lombardi,
Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: o Ensino de Geografia e os estudos pela abordagem ambiental na perspectiva política e democrática”, envolve estudos na área específica da Ciência Geográfica por duas abordagens distintas, mas por momentos se complementam através das práticas sociais que se estabelecem no espaço em sua totalidade.

A primeira, na área de Ensino de Geografia envolve estudos sob os mais diversos âmbitos entre eles: a música como norteadora dos conteúdos na Geografia, cidadania e ensino de Geografia, currículo mínimo na Geografia, educação ambiental, o ensino pela categoria paisagem na Geografia e as reflexões sobre as escolas rurais no Ensino de Geografia. A segunda, na área que envolve a abordagem ambientalista envolve os seguintes temas: os conflitos ambientais em regiões metropolitanas, áreas de preservação permanente ambiental nas bacias hidrográficas, regularização ambiental em imóveis rurais, os conflitos no campo e os impactos ambientais. Os 15 capítulos publicados pela editora Atena no volume 2, apresentam estudos de grande relevância contribuindo para os avanços da Ciência Geográfica pela perspectiva política e democrática.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos para que se tornem temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A MÚSICA COMO TEMA NORTEADOR DOS CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM OS ESTUDANTES DA EEEFM JOSÉ ROCHA SOBRINHO EM BANANEIRAS – PB	
Ana Cláudia Ribeiro da Silva Sâmara Rachel Ribeiro da Silva Trajano	
DOI 10.22533/at.ed.4661919021	
CAPÍTULO 2	11
CIDADANIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL TEREZA DONATO DE ARAÚJO NA CIDADE DE MARABÁ – PA	
Fernanda Dias Carneiro Camila Garcia Nascimento de Souza Flaviana da Silva Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4661919022	
CAPÍTULO 3	20
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPUS FIOCRUZ DA MATA ATLÂNTICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO SAUDÁVEL	
Priscilla Pedrette de Mello Alves Sebastião Martins de Medeiros Filho	
DOI 10.22533/at.ed.4661919023	
CAPÍTULO 4	31
GEOGRAFIA E MÚSICA: APONTAMENTOS SOBRE UMA POSSIBILIDADE DEMOCRÁTICA	
Tiago Lins de Lima Josué da Costa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4661919024	
CAPÍTULO 5	41
O CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA FRENTE ÀS POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS	
Ana Carolina de Figueiredo Azevedo Ana Claudia Ramos Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.4661919025	
CAPÍTULO 6	54
O CURRÍCULO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM SÃO CAETANO DO SUL: REFLEXÕES A PARTIR DO OLHAR DOCENTE	
David Augusto Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4661919026	
CAPÍTULO 7	64
O ENSINO DA PAISAGEM POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DA EDUCOPÉDIA E DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DO ESTUDANTE NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIO PENNA DA ROCHA SME/RJ	
Renata Bernardo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4661919027	

CAPÍTULO 8	75
REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Cristiane Cardoso Edileuza Dias de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.4661919028	
CAPÍTULO 9	84
REFLEXÕES SOBRE AS ESCOLAS RURAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO OU CURRÍCULO URBANO	
Abigail Bruna da Cruz Sandra de Castro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4661919029	
CAPÍTULO 10	94
O OLHAR DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE PARA MINAS GERAIS: ESTUDO DE CASO DE ITABIRA E BELO HORIZONTE	
Maria Luísa de Camargos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46619190210	
CAPÍTULO 11	110
TERRITÓRIOS E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA COMPREENSÃO DE UM ESTUDO DE CASO DE CONFLITOS AMBIENTAIS NO RIO DE JANEIRO	
Ana Maria Marques Santos Ana Carolina Marques Santos Tatiana de Souza Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.46619190211	
CAPÍTULO 12	120
CONTEXTUALIZAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS EM MATO GROSSO	
Joelson de Souza Passos José Carlos Ugeda Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46619190212	
CAPÍTULO 13	134
CONFLITOS NO CAMPO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ-PI	
Helena Vanessa Maria da Silva Manuela Nunes Brito Leal	
DOI 10.22533/at.ed.46619190213	
CAPÍTULO 14	143
CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO DA UHE SALTO DO RIO VERDINHO, GOIÁS, BRASIL	
Isabel Rodrigues da Rocha Daiane Ferreira Batista Wilson Sousa Queiroz Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46619190214	

CAPÍTULO 15 155

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE,
JARDIM (MS)

Laís Viudes Modesto
Vitor Matheus Bacani

DOI 10.22533/at.ed.46619190215

SOBRE A ORGANIZADORA..... 163

TERRITÓRIOS E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA COMPREENSÃO DE UM ESTUDO DE CASO DE CONFLITOS AMBIENTAIS NO RIO DE JANEIRO

Ana Maria Marques Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -
UFRRJ

Rio de Janeiro - RJ

Ana Carolina Marques Santos

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro - RJ

Tatiana de Souza Diniz

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: O capítulo aborda o efervescente debate sobre os grandes projetos de desenvolvimento econômico e os inúmeros conflitos socioambientais gerados por eles. O estudo se baseou em um estudo de caso no estado do Rio de Janeiro (Brasil), para levantar questões como quais condições são utilizadas para que esse desenvolvimento seja alcançado e por meio de qual apropriação e uso da natureza ele é conquistado. Acima de tudo: qual é o custo de transformar vidas humanas para que o desenvolvimento possa ser obtido? Considerando a gravidade dos conflitos que marcam esse cenário, a degradação ambiental estimada e o comprometimento da vida das gerações atuais e futuras, propõe-se um estudo crítico do tema. Nos pautamos em conceitos primordiais e com uma base teórico-metodológica para rever o conceito de território

no centro desta crise que se mostra mais do que ambiental: uma crise dos valores humanos, da ética e da moral.

PALAVRAS-CHAVE: conflito; território; meio ambiente; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT: The chapter discusses the effervescent debate about the major economic development projects and the countless social-environmental conflicts generated by them. The study was based on a case study in the state of Rio de Janeiro (Brazil), to raise questions about what conditions are used for this development to be achieved and through which appropriation and use of nature is conquered. Above all of this: what is the cost of transforming human lives so that development can be obtained? Considering the gravity of the conflicts that mark this scenario, the environmental degradation estimated, and the commitment of lives in the present and future generations, a critical study of the theme is proposed. We rely on primordial concepts and on a theoretical-methodological basis to revise the concept of territory at the center of this crisis that is more than environmental: a crisis of human values, ethics and morality.

KEYWORDS: conflicts; territory; environment; economic development.

1 | INTRODUÇÃO

O atual cenário ambiental é marcado pela expressiva inserção de inúmeros e grandes projetos de “desenvolvimento” econômico no território brasileiro. Esses grandes projetos, localizados em áreas geográficas distintas e diversas, são sustentados por recursos privados e estatais – e, embora sejam cartões sociais de símbolos de conquistas e fatores de progresso do país, causam impactos de forte degradação socioambiental nos locais em que são implantados.

O presente capítulo busca apresentar e discutir alguns conceitos fundamentais desse âmbito, utilizando-se da vertente da ecologia política, conflitos ecológicos distributivos, das categorias território e justiça ambiental como aporte teórico-metodológico ao desvelamento das realidades impregnadas nos campos de lutas sociais, compreendendo-as com âmbito ambiental propriamente dito, uma vez que são indissociáveis.

Destacados dessa maneira, tais conceitos aludem a uma melhor e ampliada compreensão das realidades estudadas, onde as questões sobre território como viés político-ambiental, bem como, os processos de identidade simbólica e cultural dos diferentes grupos atingidos, poderão junto as relações de poder estabelecidas, formarem potenciais elementos a serem conjugados sobre as estratégias de desterritorialização, vez que estas, quase normativamente, são evidenciadas nas práticas de (in)justiça ambiental sobre comunidades, seus lugares e territórios atingidos, baseados na exploração intensiva de recursos naturais e alteração drástica da infraestrutura e da vida das populações que ali vivem.

2 | UM ESTUDO DE CASO DE CONFLITOS AMBIENTAIS

A proposta de construção da Barragem-Reservatório do Rio Guapiaçu, conflito desdobrado em Cachoeiras de Macacu, foi escolhido como estudo de caso para esse artigo por estar inserida em um contexto altamente marcado pelos grandes projetos. A barragem já é considerada desde a década de 1980. Entretanto, grande parte da população residente possuía o título de propriedade das terras e melhores recursos financeiros, levando a um engavetamento da proposta. Atualmente, a barragem é fruto da instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, pois ressurgiu com esse projeto. Sendo assim, é necessário, primeiramente, o entendimento do mesmo – sobretudo no que consiste em suas consequências.

A estrutura logística do COMPERJ se desdobra em obras que aumentaram muito o fluxo migratório e empresarial da região, e também a especulação imobiliária – que, além de criar um número de empregos inferior ao previsto, possui em seus empregados apenas uma pequena parte de moradores locais.

Instalado em uma área de elevada precariedade, onde 66% dos domicílios não têm acesso à água, o complexo impacta diretamente diversas unidades de conservação.

É localizado no interior da Área de Proteção da Bacia do Rio Macacu, unidade de conservação que abrange grande parte dos mananciais que abastecem a porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A crescente demanda hídrica da região do entorno do COMPERJ é ponto presente em seu Relatório de Impacto Ambiental, e aparece como a justificativa para a proposta de criação da Barragem-Reservatório do Rio Guapiaçu. O cenário de estresse hídrico dessa região é ilustrado pelo déficit de abastecimento de água do sistema Imunana-Laranjal (CEDAE/RJ), responsável por fornecer água para os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá – todos impactados pela construção do Complexo. O sistema, atualmente, opera no limite de sua capacidade e, com a expectativa de crescimento demográfico da região, a situação se agravaria.

Como alegado que o COMPERJ utilizará água de reuso, a represa se destinaria para abastecimento doméstico de água da região. Estudos regionais encomendados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e pela Petrobrás (empresa responsável pelo COMPERJ), como o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Projeto Macacu, verificaram a existência de, pelo menos, oito alternativas de mananciais abastecedores em um raio de 100 km.

Apesar de entre essas opções, existirem as que estão fora do contexto de barragem, o barramento no Guapiaçu foi eleito e considerado como a de menor impacto. É uma contradição, visto que o eixo escolhido apresenta uma área alagada superior à soma de todas as outras barragens possíveis, além de uma dimensão de impacto muito superior. Essa alternativa é mais atraente pela sua proximidade em relação aos centros consumidores e disponibilidade de água, e tem disponibilidade para aduzir 6.500 l/s – o que abasteceria a região somente até o ano de 2020. Além de ter uma validade muito curta de solução para o problema, ocorreria perda de água na ordem de 25% no sistema durante a operação da estação e ainda há dúvidas sobre o potencial de oferta da barragem.

A localização da barragem proposta atualmente é diferente da antiga e, agora em Jusante, a maioria da população atingida não possui o título definitivo de propriedade da terra. Entretanto, o eixo Guapiaçu Jusante próximo à RJ 122, foi apresentado como o preferencial com a justificativa de possuir melhores condições construtivas. Além das inúmeras contradições existentes na proposta, há, ainda, a falta de esclarecimento sobre o projeto e as informações imprecisas sobre o mesmo.

Outra contradição a ser ressaltada é o fato de que a Secretaria Estadual do Ambiente é a proponente do projeto e, também, a avaliadora do Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório: ou seja, não há imparcialidade e transparência, uma vez que o mesmo órgão avalia os impactos da sua própria proposta. O projeto, segundo essas autoridades, ainda se encontra em fase de estudo e análise, o licenciamento ambiental ainda está em processo e o EIA-RIMA foi elaborado recentemente, ou seja, ainda não se tem a devida conclusão e parecer final do Instituto Estadual de Ambiente para a viabilidade do empreendimento. E, apesar disso, ainda assim o projeto é visto

como irreversível e já consta como garantido: já foi decretado no Diário Oficial do Estado a desapropriação de duas áreas em Cachoeiras de Macacu para implantação da barragem e reassentamento da população.

O RIMA não considera as alternativas à barragem devido ao alto custo operacional em relação à energia que as mesmas apresentariam, além de gerarem conflitos de interesse entre os atores estratégicos e apresentarem questões legais como a outorga de água, sendo todas onerosas e de difícil implementação. Sendo assim, a alternativa mais barata torna-se preferível às redutoras de impactos: é a visão economicista conduzindo a análise apenas pelo custo-benefício e ocultando variáveis mais importantes sobre os impactos.

A construção da barragem viola todas as iniciativas promovidas de proteção ambiental da área em questão, que é considerada essencial para preservação. Além disso, compromete a biodiversidade ameaçando espécies em extinção e alterando todo o habitat da fauna local, e é passível de causar eutrofização e comprometer até mesmo a qualidade da água a ser fornecida. Sobretudo, a remoção da vegetação e diversas questões geomorfológicas indicam que a construção da barragem ficaria comprometida.

A concretização do projeto causará um déficit de produção agropecuária para o município e para áreas da Região Metropolitana, já que a área da barragem alagará as terras mais férteis da região, nas quais se realiza a produção responsável pelo abastecimento de grandes centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro, havendo o risco de desabastecimento e aumento dos preços dos alimentos. Os estudos desconsideram esses impactos do empreendimento sobre o abastecimento e a segurança alimentar, e também sobre a economia local, pois se tem o aumento do desemprego e a redução da arrecadação de impostos com o fim das obras. Outros impactos como a perda de qualidade de vida e problemas de saúde decorrentes das obras também não recebem a devida consideração.

Há, ainda, a ilegalidade de todo esse processo, já questionada pela procuradoria federal, quanto ao fato de não considerar a ocupação do local e tratar os moradores e produtores da região como invisíveis. O histórico de ocupação da região pela agricultura de base familiar é desconsiderado e, até a realização do RIMA, o vale era tratado como desocupado, sem gente e sem cultura. Além disso, o RIMA apresenta a ilegalidade de ter sido feito sem audiência pública.

Todo esse cenário aflige a população residente há mais de trinta anos, causando insegurança e incerteza nas famílias possivelmente atingidas. Se for construída, a barragem expulsará centenas de famílias do campo. De acordo com a avaliação feita, o valor da área corresponde a R\$ 0,50/m². Isso demonstra, por parte do Governo, a vontade de um desenvolvimento a qualquer custo, baseado na perversidade de não dar o real e justo valor a essas terras.

Poucos moradores do local possuem o título definitivo de propriedade de terra e suas indenizações, se forem dadas, serão a muito custo e longo prazo. Ainda assim,

essas indenizações não permitirão uma mudança de local justa, já que receberão uma quantia que não cobre o valor de uma propriedade equivalente em lugar nenhum do Estado, sem deixar de analisar o lado de que saindo do campo, nenhum lugar urbano permitirá a esses moradores a retirada de seu sustento como faziam.

É neste contexto de ameaça de expropriação de suas formas de existência, que diferentes grupos sociais têm desenvolvido estratégias de resistência e ações coletivas. A população tem se organizado em conselhos, sindicatos, assembleias e articulações com movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, com o intuito de se afirmar e de se fazer presente no processo de implantação da barragem. Essa luta expressiva tem gerado frutos importantes para os moradores e produtores, como a conquista a suspensão da licença da barragem.

Claramente, o posicionamento do Governo não preza a permanência da população no campo, nem a soberania alimentar no campo e na cidade. Todo esse contexto e leitura do projeto não aprofundam os processos de conflito e as relações desiguais de poder constitutivas dos grandes empreendimentos, e não corresponde à visão dos agricultores, nem leva em consideração o direito dos trabalhadores.

É preciso uma releitura da infraestrutura hidrosanitária e demográfica da região, de modo que o aprofundamento dos casos de conflito pela água e pela terra se recoloca no centro da questão do desenvolvimento. Deve-se reconsiderar a proposta da barragem, olhando de forma mais correta as alternativas existentes para a solução do déficit hídrico da região, de forma que se possa enxergar meios menos impactantes e destrutivos socioambientalmente do que a Barragem do Rio Guapiaçu.

A questão ambiental e, prioritariamente, a questão social devem ganhar mais espaço de debate e devem ser vistas com outros olhares que não os atuais, que só promovem uma total injustiça ambiental em todo esse contexto. A questão a ser feita – e que já possui uma resposta óbvia para qualquer um que pense com o mínimo de justiça e humanidade – é se uma proposta de tamanho impacto que não é nem definitiva e corre o risco de nem resolver o problema em questão, vale a desterritorialização dessa população através de práticas autoritárias de mobilidade compulsória.

Nesse sentido, recorreremos ao campo do conflito como elemento profícuo, gerador de condições favoráveis a elucidação das inúmeras contradições inerentes a tais processos, bem como, subsídio a uma economia ecológica e política mais justa.

3 | TERRITÓRIO E CONFLITOS AMBIENTAIS: ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Na tentativa de explicar os diversos aspectos da realidade que circundam o tema em questão, é necessário olhar todas as variáveis. A discussão da conceitualização territorial nos casos ambientais, a partir do viés da ecologia política, deve passar pela influência do homem no espaço, suas relações, interações e condições históricas, além

englobar todos os conceitos da Geografia, pautando-se sobretudo no território – que pode assumir, na política, a contraposição de espaço e poder; na cultura, a dimensão de valorização em relação a um grupo, fazendo uma apropriação simbólica a seu espaço vivido, ou seja, com sentimento de pertencimento; e, na economia, visto como uma fonte de recursos, um sinônimo de espaço – e nos dois conceitos que o seguem: territorialidade e territorialização, onde o enquanto o território é classificado como objeto, estes são a estratégia e o processo.

Nessa perspectiva, encontramos um cenário que apresenta diferentes atores, com diferentes níveis de poder e que o exercem em busca de alcançar seus objetivos visados no lucro e no sucesso da continuidade de seus projetos, mesmo que não benéficos para a coletividade. Essa compreensão está diretamente ligada à definição de poder e as relações de apropriação social da natureza, que logo se refletem nos espaços socialmente produzidos – compostos pelas suas configurações espaço-temporais, pelos agentes e sujeitos, seus objetivos frente ao processo de desterritorialização, os consequentes conflitos e antagonismos, e os sistemas de diferenciações e classificações sociais resultantes desse processo.

Dentro desse entendimento encontramos um cenário com dois lados, onde cada grupo exerce uma função cultural com ações distintas no espaço. O primeiro deles é aquele dos que detém de poder e recursos: dois artifícios que, em simetria entre si, e com a territorialidade, servem para criar estratégias para obterem o controle das situações. Nessa conjuntura, o poder pode ser exercido de diversas maneiras, e muitas vezes acaba sendo de modo autoritário, envolvendo o controle do acesso, limites e fronteiras de lugares, que, primeiramente, pertenceriam a outros grupos sociais. Além disso, o exercício do poder por essas pessoas, muitas vezes está associado a órgãos governamentais, que quase nunca têm força para combater as irregularidades ou, então, acabam cedendo para que as ações sejam exercidas com maior credibilidade.

A outra parcela da sociedade que compõem esse cenário é a das pessoas que acabam sofrendo com as ações impostas pelo primeiro grupo. A relação entre esses sujeitos nos sugere uma situação de contradição: é gerado um problema para uma parte significativa de pessoas em detrimento de algum privilégio ou concentração. Essa circunstância é muito presente na sociedade em que vivemos e pode ser vista em muitos casos além dos socioambientais: a exemplo, tem-se a formação das periferias nas grandes cidades, que acabam surgindo pela concentração de renda em determinado lugar, o que privilegia alguns e faz com que a grande maioria precise passar por grandes deslocamentos ou buscar moradia em locais com pouca estrutura.

Essa posição ocupada pelos atingidos gera uma série de relações no âmbito social, sendo a principal delas, o relacionamento entre esses dois grupos. A prática do poder pelo primeiro, baseada na transcendência da exploração, dominação e opressão gera uma reação de resistência pelo segundo, que cria um ambiente de contradições e conflitos meio ao espaço.

Antes de chegar aos conflitos ambientais, temos aquele que existe como forma de

manutenção de favorecimento aos dominantes. Sua sustentação é feita pela operação ideológica que a sociedade vive: pessoas totalmente desiguais, classes sociais e vidas diferentes convertidas em uma falsa igualdade jurídica. Um jurídico classista e conservador, que utiliza do mérito como justificativa de distribuição de recursos e que aumenta as desigualdades entre as pessoas; onde aqueles com maior influência conseguem alterar legislações e se favorecerem, mas que faz com que a população mais carente acredite em sua dimensão e funcionamento para a preservação da igualdade para todos.

Na face dos conflitos socioambientais existem três tipos para melhor entendê-los. O primeiro seria o conflito em torno do controle dos recursos naturais. Esses fazem parte do domínio social, ou seja, a matéria sempre esteve na natureza, mas só veio se tornar um recurso quando um grupo social definiu isso para ele e o forneceu algum uso específico. Geralmente são conflitos ligados a terra em que estão os recursos, entre os que querem explorá-la e os que reivindicam ser donos dela, fomentando como seu território de moradia e vivência.

Esse conflito possui uma dimensão política, em que é expressa pela disputa da distribuição dos recursos, dificultada pelo posicionamento geográfico delas, independente da ação humana; uma dimensão social, expressa pela disputa do acesso a esses recursos, que pode ser considerado público ou não, gerando reivindicações humanas; e a dimensão jurídica, expressa por disputas pelo controle formal desses recursos, quando dois ou mais grupos possuem dispositivos legais sobre a área em questão.

O segundo conflito seria em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural. Nesse caso vemos que a intervenção humana nos ciclos naturais na busca da sustentação e do desenvolvimento econômico gera impactos ruins para o funcionamento da natureza e para as pessoas. Ademais, como já citado, aqueles que mais desfrutam dos benefícios dessa exploração são os que menos sofrem com os impactos negativos disso, gerando problemas para os afetados que vão desde a ameaça à saúde até a própria injustiça da ação.

Seus casos principais são: de contaminação do meio ambiente, que gera muitos impactos negativos na população que vive na área de ocorrência, sendo por esgotos, dejetos industriais ou agrotóxicos; o esgotamento de recursos naturais, que impacta diferentes grupos sociais, traz perda de biodiversidade que acaba com o patrimônio biológico, ameaçando a sobrevivência humana e acabam só mostrando profundidade do impacto futuramente; e a degradação de ecossistemas, vinculado ao anterior, já que a destruição dos meios naturais pode quebrar ciclos naturais inteiros.

O último tipo de conflito é em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Cada grupo ou pessoa possui conhecimentos específicos que usam para se adaptar ao ambiente ou para desenvolver suas tecnologias, além do fato de que muitos usam de informações privilegiadas ou maior fonte de conhecimento para conseguir se sobrepor aos que não possuem tanta compreensão e, então, alcançarem os seus objetivos.

Esse conflito também possui três casos. O primeiro é entre grupos sociais ao redor da percepção de risco, aqueles que discutem sobre a produção de mais impactos, devido às novas tecnologias, que não são facilmente conhecidos ou mensuráveis; o outro conflito é sobre o controle formal dos conhecimentos ambientais que residem na figura legal da propriedade intelectual e a exclusividade do uso de informações à pessoa ou ao grupo considerado como o criador ou dono da informação de tais conhecimentos dos projetos ambientais; o último é em torno de lugares considerados sagrados, colocando em confronto distintas visões. Nesse caso, muitos querem preservar locais que julgam sagrados devido a sua religião ou cultura, porém, quando alguém de fora vem com a intenção de explorar essas áreas, o conflito acontece na luta pela preservação desse ambiente.

Mesmo com essas divisões e casos de conflitos no âmbito ambiental, não existem formas certas que possam ser usadas para lidar com esses conflitos. Cada um acontece em seus ambientes particulares, com seus próprios agentes e seus próprios motivos e, por isso, se quiserem ser tratados, precisam ser analisados individualmente e desde seus princípios para o entendimento da causa dos mesmos. Além da análise ambiental, devem ser feitos estudos geográficos e históricos. Para o primeiro, é preciso compreender a escala em que o conflito acontece, entendendo as redes particulares qual o ecossistema, os indivíduos e o próprio conflito acontecem. Para o segundo, as mudanças políticas, sociais e culturais precisam ser levadas em conta para ver a conjuntura em que o conflito se desenvolve.

Entendemos, então, que para resolver definitivamente conflitos ambientais é preciso olhar para as diversas causas que deram origem a ele, tendo que eliminá-las e observar as divergências que o sustentam, para procurar meios de solucioná-las de forma pacífica, voluntária e consensual. Além disso, se cessariam os processos de degradação ambiental, fazendo com que a solução fosse social e ambiental. Mesmo com essa teoria, vemos que na prática o que acontece é diferente. Na maioria das vezes não há resolução e apenas tratamento para o conflito, tendo que lidar com um longo processo: confrontação, repressão, manipulação política, negociação-mediação e diálogo-cooperação. Novamente, vemos que para cada conflito a abordagem será de uma forma, dependendo do tipo de conflito, da fase em que se encontra e dos tratamentos já recebidos anteriormente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre todo o quadro apresentado envolvendo os conflitos socioambientais, destacou-se a importância dos conceitos utilizados para a melhor compreensão dos contextos. É necessário o entendimento do conceito de território, pois através dele, entende-se a política por trás da questão ambiental, mostrando o processo de identidade simbólica e cultural dos diferentes grupos atingidos e as relações de

poder que pensam as estratégias de desterritorialização que ocorre com os mesmos. Compreender o território é necessário para saber analisar o que nele se passa e desenvolve. E, assim, saber aplicar no território a justiça ambiental, criando condições favoráveis para a execução de uma economia ecológica e uma ecologia política.

Articular esses conceitos é criar uma base teórica, metodológica e, mais que isso, uma base de luta capaz de ser o suficiente para orientar e sustentar os grupos atingidos que sofrem todos os impactos desses conflitos. Através dessa matriz ideológica, podemos reconstruir o cenário atual que é desagregador, destrutivo e desolador nos âmbitos sociais e ambientais.

É necessária a busca da atualização do modelo econômico e de produção atual que, de certa forma, é o principal fator de todas as consequências que estendem por cima da população. É dele que vem a lógica dos grandes projetos e políticas públicas que tanto atormentam a vida de moradores e trabalhadores que já se encontram em situações precárias de vida, e com isso, sofrem ainda mais, se vendo em condições desumanas e desesperadoras.

Há, sempre, alternativas as escolhas que são feitas por parte do Governo e das grandes empresas em relação a implantação de medidas para a realização de suas vontades. É nelas que deve-se olhar mais atentamente, sob outra ótica mais justa e humana. Além disso, é sob essa mesma ótica que deve-se procurar deixar de lado as práticas de injustiças ambientais e racismo ambiental, tão já naturalizadas e legitimizadas no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. **Estudo de impacto ambiental – Obras para Implantação da Barragem do Rio Guapi-Açu com vistas à ampliação da Oferta de Água para a região do Conleste Fluminense, localizado no Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/EstudosePublicacoes/EIARIMA/index.htm?termos=Guapiaçu&data_ini=&data_fim=>> Acessado em dia 04 de dezembro de 2014.

AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. **Relatório de impacto ambiental – Obras para Implantação da Barragem do Rio Guapi-Açu com vistas à ampliação da Oferta de Água para a região do Conleste Fluminense, localizado no Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/EstudosePublicacoes/EIARIMA/index.htm?termos=Guapiaçu&data_ini=&data_fim=>> Acessado em dia 04 de dezembro de 2014.

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.** In: ACSELRAD, H. (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas.** In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J.P e HERCULANO, S. *Justiça ambiental e cidadania* (orgs.), Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.

ALIER, M, J. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto. 2007. (cap. 1 e 2).

ALIER, M, J. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto. 2007. (cap. 4 e 11).

ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS, GRUPO DE TRABALHO AGRÁRIO. **Relatório sobre a proposta de construção da Barragem no Rio Guapiaçu – Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.agb.org.br/index.php/gts/agt-agraria/122-relatorio-sobre-a-proposta-de-construcao-da-barragem-no-rio-guapiacu-cachoeiras-de-macacu-rio-de-janeiro> Acessado em dia 04 de dezembro de 2014.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?** e-Caderno CES Nº 17, Coimbra, 2012.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: um Debate**. *GEOgraphia* n. 17, 2007.

HERCULANO, Selene . **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. InterfacEHS (Ed. português), v. v3, p. 1/113-20, 2008.

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política**. In: BURSZTYN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. I Seminário Cearense contra o Racismo ambiental, Fortaleza: (mimeo), 2006.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental**. *Ciência & Saúde Coletiva* v. 14, p. 1983-1994, 2009.

SACK, R. D. **O significado de territorialidade**. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-146-6

